

1 Contexto operacional

A Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. ("Ferbasa" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, com sede em Pojuca-BA, está registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização de ferroligas, ferrocromo e ferrossilício; a exploração de jazidas de minérios de cromo, cal e quartzo para consumo próprio ou comercialização; a elaboração, execução e administração de projetos florestais, visando à obtenção de madeira para a produção de biorredutor para consumo próprio ou comercialização; e, estabelecimento e exploração de qualquer indústria que, direta ou indiretamente, se relacione com o seu objeto, inclusive mediante participação em outras sociedades. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, que tem como missão atender crianças, adolescentes e jovens carentes, dos municípios do nordeste brasileiro, oferecendo-lhes educação básica visando à formação de indivíduos capazes de exercer a cidadania, de respeitar o ser humano em todos os seus aspectos, primando pela ética, cooperação e solidariedade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2019.

1.1 Aquisição do controle da BW Guirapá

Conforme fato relevante emitido pela Companhia em 22 de dezembro de 2017, a Cia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa S.A., a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. ("BW Guirapá"), o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. A compra está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia e visa garantir e implementar melhorias no processo e ciclo produtivo da Companhia.

O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2034.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade Instalada (MW)*	Energia Contratada 1º Quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia Contratada 2º Quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Preço inicial do Contrato (R\$/Mwh)	Preço atualizado (R\$/Mwh) ⁽²⁾
Angical	12,95	6,0	5,6	37, de 03/02/2012	99,98	151,13
Caititu	22,2	10,5	10,5	54, de 09/02/2012	99,98	151,13
Coqueirinho	29,6	13,5	13,4	53, de 09/02/2012	96,97	146,58
Corrupião	27,75	13,7	12,9	70, de 22/02/2012	96,97	146,58
Inhambu	31,45	15,5	15,5	69, de 22/02/2012	96,97	146,58
Tamanduá	29,6	13,6	13,2	52, de 09/02/2012	96,97	146,58
Mirim	16,65	8,2	7,7	36, de 03/02/2012	99,98	151,13
Teiú	16,65	8,2	7,7	36, de 03/02/2012	99,98	151,13
	<u>170,2</u>	<u>81,0</u>	<u>78,8</u>			

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

(2) Valor atualizado anualmente pelo IPCA desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data base agosto de 2018.

(3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2018 e o 2º quadriênio teve início em julho de 2018

O fechamento e a efetiva realização da operação estavam atrelados, entre outras condições, a: (i) assinatura dos documentos definitivos; (ii) manutenção do curso ordinário dos negócios das SPEs; (iii) obtenção das aprovações necessárias por parte das autoridades competentes; e (iv) aprovação da operação em assembleia geral extraordinária da Ferbasa.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ocorrida em 29 de janeiro de 2018, foi deliberada a aprovação da operação, nos termos do art. 256, §1º da Lei das S.A. e CVM 358/02. O preço de aquisição inicialmente mensurado foi de R\$ 450.000, sendo atualizado até o fechamento legal da operação pelo Certificado de Depósitos Interbancários ("CDI"), e podendo ser acrescido pela contraprestação contingente ("earn-out payment") detalhada abaixo, conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 6 de fevereiro de 2018, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou, sem restrições, a operação de compra.

O processo de aquisição foi concluído em 2 de abril de 2018, após todas as condições precedentes e legais da operação terem sido atendidas. A partir desta data, a Companhia passou a deter o controle direto da BW Guirapá e a titularidade de todas as ações.

Em 2 de abril de 2018, o preço de aquisição (contraprestação transferida) foi remensurado totalizando R\$489.184, considerando: (i) a atualização monetária pelo CDI montou R\$469.128, sendo R\$321.371 pago em transferência bancária nesta data e R\$156.376 registrados na rubrica de Obrigações com aquisição de controlada (vide Nota 22) a serem pagos em 3 parcelas (vide Nota 22), as parcelas são corrigidas também pela taxa CDI mais 1% a.a.; (ii) o incremento no preço decorrente de negociações com fornecedores no montante de R\$ 17.906, sendo R\$ 8.619 pagos e R\$ 9.207 a serem pagos também em 3 parcelas (vide Nota 22); e (iii) a contraprestação contingente (*earn-out payment*) de R\$2.150 (vide Nota 22). Cabe ressaltar que esses ajustes estão dentro do período de mensuração, conforme previsto no CPC 15.

Conforme mencionado, o Preço de Aquisição poderá sofrer acréscimo de até R\$40.000 corrigidos pelo IPCA sob a forma de contraprestação contingente (*earn-out payment*), se o desempenho do Complexo Guirapá, apurado até dezembro de 2021, exceder a referência mínima assumida de 79,44 MW médios, limitada a 85MW médios. Desta forma, a Administração da Companhia, com base na avaliação das projeções de performance, concluiu que deveria incluir no valor do preço de compra uma contraprestação contingente estimada em R\$2.150, conforme citado acima (vide Nota 22).

As despesas incorridas na aquisição, no montante de R\$2.136, foram reconhecidas no resultado da Companhia, relativas ao processo de aquisição, na rubrica "Despesa com prestação de serviços", não fazendo parte do custo de aquisição.

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da BW Guirapá. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

A aquisição da BW Guirapá teve efeito a partir de 2 de abril de 2018. Com isso, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da BW Guirapá foi avaliado pelo seu valor justo em 31 de março de 2018 com base no laudo econômico financeiro preliminar, emitido por empresa de avaliação independente.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da BW Guirapá na data de aquisição:

	Valor Contábil	Ajustes	Valor Justo
<u>ATIVOS</u>			
<u>Ativos circulantes</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	13.231		13.231
Contas a receber	8.381		8.381
Tributos a recuperar	213		213
Outros ativos	877		877
<u>Ativos não circulantes</u>			
Depósitos vinculados	43.115		43.115
Impostos diferidos	686		686
Imobilizado e Intangível	800.652	80.038 (i)	880.690
Valor justo dos Ativos	867.155	80.038	947.193
<u>PASSIVOS</u>			
<u>Passivos circulantes</u>			
Fornecedores	5.691		5.691
Financiamentos	26.447		26.447
Conta ressarcimento CCEE	9.223		9.223
Provisão para custos socioambientais	2.745		2.745
Fiança	1.344		1.344
Outras contas a pagar	1.903		1.903
<u>Passivos não circulantes</u>			
Financiamentos	323.272		323.272
Contas ressarcimento CCEE	3.074		3.074
Provisão para contingências	-	1.309 (ii)	1.309
Provisão para desmobilização de ativo	7.858		7.858
Valor justo dos passivos	381.557	1.309	382.866
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	485.598	78.729	564.327
Custo total da aquisição			489.184
Ganho bruto por compra vantajosa			75.143
(-) Efeito tributário			(25.548)
Ganho líquido por compra vantajosa			49.595

(i) Em outubro de 2018 foi concluído o laudo de avaliação dos ativos líquidos do Complexo Guirapá, emitido por empresa de avaliação independente, e a Companhia efetuou um ajuste a valor justo no montante de R\$80.038, relacionado à mais valia de máquinas e equipamentos. Essa mais valia dos ativos líquidos adquiridos deve-se basicamente à alta do dólar, preço dos insumos e inflação. Nas demonstrações contábeis individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide Nota 17).

(ii) Na data da aquisição foi identificado um passivo contingente com o valor justo de R\$1.309. Esse passivo refere-se a sete processos movidos contra a BW Guirapá e suas controladas, que foram classificados como risco possível de perda, com uma probabilidade de 50%, sendo conservadoramente estimados e provisionados pela Companhia (vide Nota 27).

A contabilização inicial da aquisição foi preliminarmente apurada em 30 de junho de 2018. Para 31 de dezembro de 2018, com base na melhor estimativa da Companhia, considerando premissas e metodologia apropriadas para alocação do preço de compra, essa contabilização considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia, e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

No período de 1º de abril de 2018 a 31 de dezembro de 2018, a receita líquida e o prejuízo do período gerados pelo Complexo Guirapá e incluídos nas informações financeiras consolidadas do resultado da Companhia representam R\$ 71.105 e R\$ 12.834, respectivamente, conforme quadro a seguir.

Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2018, a demonstração do resultado seria conforme o quadro a seguir. As informações de receita operacional líquida e lucro líquido do exercício foram obtidas mediante a agregação dos valores derivados dos registros contábeis da Companhia e da adquirida BW Guirapá.

	Consolidado na Ferbasa	Complexo Guirapá	Combinado 9 meses Ferbasa
	01/04/2018 a 31/12/2018	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2018 a 31/12/2018
Receita de vendas de energia	71.105	19.709	90.814
Custo com geração de energia	(48.585)	(14.924)	(63.509)
Lucro Bruto	22.520	4.785	27.305
Despesas gerais e administrativas	(6.961)	(5.178)	(12.139)
Baixa do ágio da BW Guirapá	-	(19.995)	(19.995)
Despesas financeiras	(27.881)	(9.129)	(37.010)
Receitas financeiras	2.562	752	3.314
Prejuízo antes dos impostos	(9.760)	(28.765)	(38.525)
Imposto de renda e contribuição social	(3.074)	(702)	(3.776)
Prejuízo do período	(12.834)	(29.467)	(42.301)

2 Declaração de conformidade e Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

4 Principais julgamentos contábeis e Fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com significativo grau de julgamento, tais como, preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira, incremento médio anual por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização desses ativos.

(b) Provisão para fechamento de minas

A Companhia considera as estimativas dos custos de fechamento das minas como uma prática contábil crítica por envolver valores relevantes de provisão, por se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como, taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer a assunção de premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de informações obtidas juntos aos gestores de fundos ou instituições financeiras com os quais a Companhia mantém os instrumentos financeiros. Os valores justos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, podem não representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação das operações.

(d) Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens sem rotatividade há mais de 5 anos. A determinação desta provisão é feita com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas da área, quando aplicável.

(e) Provisão para contingências

A Companhia tem a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza-se de escritórios especializados de forma pontual, em geral em ações relacionadas a natureza tributária. A Companhia tem como procedimentos analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor da ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (Nota 27).

(f) Provisão para obrigações atuariais

O valor atual das obrigações dos planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, referentes ao plano de assistência médica e previdência privada e prêmio de aposentadoria, dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de benefícios pós-emprego, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de benefício pós-emprego (Nota 23).

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar os planos de benefícios pós-emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo. É adotada a taxa de descontos dos títulos compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos planos de benefícios pós-emprego – *duration*. Para os casos onde não há títulos públicos com a mesma *duration* avaliada para o plano, foi adotada a interpolação linear na estimativa.

(g) Vida útil do ativo imobilizado

Conforme descrito na Nota 6 (f), a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e a reserva lavrável estimada das minas, anualmente, no fim de cada período de relatório.

5 Ativos e Passivos Financeiros

5.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

(i) Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, depósito judicial, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

(ii) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

(iii) Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes.

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

(a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo valor do custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(b) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (Provisão para risco de crédito) dentro da linha de Despesas com Vendas na Demonstração do Resultado e na linha de provisão para risco de crédito na Nota Explicativa 32 para fins de detalhamento da demonstração do resultado por natureza.

(c) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado

Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

5.3 Instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de proteção cambial (*hedge*). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados aos seus valores justos.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta remensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, no caso da adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia designa os derivativos como *hedge accounting*, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do hedge, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por hedge.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial" (em "Outros resultados abrangentes") no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como "Resultado financeiro".

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de hedge são liquidados. Quando o hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting*, o mesmo é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas que são reportados no patrimônio líquido são imediatamente transferidos para o resultado e apresentados em "Resultado financeiro".

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de proteção estão divulgados na Nota 25. O valor justo total dos instrumentos derivativos de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é superior a 12 meses.

5.4 Classificação dos instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	157.075	77.758	182.113	92.440
Aplicações financeiras (i)	Valor justo por meio do resultado	110.132	407.005	110.132	421.571
Aplicações financeiras não circulante	Valor justo por meio do resultado	-	2.730	78.930	26.089
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	128.622	129.315	135.943	129.315
Depósitos judiciais	Custo amortizado	10.796	5.834	12.041	5.930
Instrumentos fin. proteção cambial (i)	Valor justo por meio de outros resultados abrangente	25.087	993	25.087	993
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	56.226	61.125	61.084	61.125
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	18.030	6.393	44.071	6.393
Empréstimos e fin. não circulante	Custo amortizado	46.132	59.989	352.744	59.989
Obrigações com aquisição de controlada	Custo amortizado	39.554	-	39.554	-
Obrigações com aquisição de controlada não circulante	Custo amortizado	137.182	-	137.182	-

(i) Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a B3. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos, não listados em Bolsa de Valores, não estiverem ativos, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

6 Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a nossa Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A titularidade destes fundos é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontra-se inclusa nas Notas 9 e 10.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Os prazos de recebimentos são de, no máximo, 33 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de impairment, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de impairment em 31 de dezembro 2018.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

(c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas estimadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

(d) Adiantamento a fornecedores de energia elétrica

Os adiantamentos para esses fornecedores, correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente reconhecidos ao custo amortizado.

(e) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 19.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

(f) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

(g) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi identificado *impairment* para ativos não financeiros.

(h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(i) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta "dividendos e juros sobre capital próprio" por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica "dividendo adicional proposto", no grupo "reservas de lucros" no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisadas.

(k) Provisões

As provisões para fechamento da mina e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(m) Benefícios a empregados

(i) Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

(ii) Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

(iii) Prêmio de aposentadoria – Acordos coletivos

Metalurgia: i. Conforme cláusula 8º do respectivo acordo, o empregado ao se aposentar na empresa, quer por invalidez, quer por tempo de serviço, quer por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, desde que tenha mais de 05 (cinco) anos na empresa na qual se aposentar e que se desligue do quadro de empregados. O prêmio estará limitado a 01 (um) salário nominal, o que corresponde a um máximo de 10 (dez) anos do empregado na mesma empresa. ii. Conforme cláusula 7ª do respectivo acordo, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado por conveniência da Companhia, desde que o seu tempo de serviço seja superior a 05 (cinco) anos.

Mineração: i. Conforme cláusula 11º do respectivo acordo, o empregado, ao se aposentar na empresa por tempo de serviço ou idade, permanecendo no quadro de empregados, fará jus a um prêmio, pago de forma única quando da formalização dessa aposentadoria. O valor será de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço desde que tenha mais de 08 (oito) anos na empresa. O prêmio fica limitado a 01 (um) salário nominal. ii. Conforme cláusula 10ª, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo e desligado da empresa a seu pedido, no ato da rescisão, receberá verbas indenizatórias a que teria direito caso fosse desligado por conveniência da empresa, desde que seu tempo de serviço seja superior a 08 (oito) anos.

(iv) Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

(n) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre empresas controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado não há incidência de PIS e COFINS.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando-se o método da taxa de juros efetiva e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável. Representam juros e variações monetárias e cambiais de aplicações financeiras, contas a receber, variação monetária e sobre provisões e juros sobre financiamentos, conforme demonstrado na Nota 33.

(p) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(q) Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- (i) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (ii) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (iii) Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- (iv) Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 3.414, corrigido anualmente pelo IGPM;
- (v) Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE;

- (vi) Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- (vii) No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrado na rubrica "Receita líquida de vendas";
- (viii) A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

(r) **Consolidação e investimentos em controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na Nota 6. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na Nota 17.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

7 Novos pronunciamentos técnicos adotados

7.1 Normas vigentes em 2018

As novas normas a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 01 de janeiro de 2018. A Companhia as adotou conforme mencionado abaixo e a Administração, nas suas avaliações, não identificou impactos relevantes.

(i) IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior, nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento de receita, a saber: (i) identificação dos contratos com clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual da suas receitas.

Considerando ainda a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras (entrega de ligas de cromo, ligas de silício, minério, cal, microssilica, madeira ou escória) e a transferência de controle dos bens não é complexa, ocorrendo na medida em que a responsabilidade é transferida ao comprador, a Companhia não sofreu impactos ou alterações no reconhecimento da receita.

(ii) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

As principais alterações da norma foram: (i) classificação e mensuração dos ativos financeiros (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado); (ii) redução ao valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo de “perdas em crédito esperadas”); e (iii) contabilidade de hedge.

A Administração adotou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações na data da adoção, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja vista que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco significativo de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco significativo de *impairment* ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicado somente as classificações dos ativos financeiros nas categorias previstas.

As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data em que a operação é negociada, e baixada quando os fluxos de caixa de investimento tenham vencido ou tenham sido recebidos, desde que todos os riscos e benefícios de sua propriedade lhe sejam transferidos.

7.2 Normas vigentes em 2019

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC. As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2018:

(i) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil)

A norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A Ferbasa e suas subsidiárias estão avaliando os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma. Essa avaliação foi segregada da seguinte forma: (i) levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transição; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e (iv) impactos da adoção inicial.

A Administração realizou um inventário dos contratos e fazendo uma análise dos tipos de contratos que se enquadram no escopo do arrendamento e identificou durante o exercício de 2018 as seguintes classificações de contrato: (a) isenções: (i) prazo de vigência menor que doze meses; (ii) contratos de baixo valor; (iii) contratos que não possuem prazo determinado; e (iv) contratos que a Companhia não possui controle do ativo, e (b) contratos que a Companhia possui controle do ativo e existe contraprestação.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada e não exigirá a reapresentação dos valores, não impactará o patrimônio líquido e o cálculo de distribuição de juros sobre capital próprio e possibilitará a utilização de expedientes práticos.

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia irá mensurar o passivo de arrendamento correspondente ao total dos pagamentos futuros de arrendamento, nos quais consideraremos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia. Esses fluxos de pagamentos serão ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. A taxa real de desconto corresponde às cotações de mercado para captação que representam o total de investimentos, considerando o prazo remanescente de cada safra de contratos. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

Na avaliação inicial da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como custo passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização do valor monetário associado aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante conforme análises prévias.

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2019, espera um aumento no seu ativo decorrente do reconhecimento do direito de uso para cada contrato que se enquadre nas definições do CPC e respectivo aumento no passivo por conta das contraprestações. Nos primeiros anos, diminuição dos ativos líquidos e efeito temporal no lucro líquido. Ademais não se espera alteração no patrimônio líquido e nos tributos. Em 1º de janeiro de 2019, com base na melhor estimativa, a Administração da Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R\$ 7.850 na Controladora e R\$ 17.628 no Consolidado.

(ii) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou e não são esperados impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigentes.

8 Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez, (v) risco de concentração, (vi) risco de preço de *commodities* e (vii) outros fatores de risco não financeiros.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração.

(i) Risco cambial

Além da Companhia efetuar transações em moeda estrangeira (exportações de ferroligas, minério de cromo e importações de coque reativo), as vendas no mercado interno possuem precificação atrelada ao mercado global de *commodities* convertida no momento da venda pelo US dólar médio do mês anterior. Como mais de 90% dos custos operacionais são em moeda local, este descasamento pode afetar a rentabilidade e a distribuição de dividendos da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia prevê um programa de *hedge* para o risco cambial proveniente de parte de seu faturamento, tanto no mercado externo, quanto no mercado interno.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2019, conforme Relatório Focus emitido em 2 de fevereiro de 2019, como cenário II (possível) uma valorização do Real em 25% frente ao dólar americano e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do Real sobre a moeda estrangeira.

	31/12/2018		Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	R\$	Taxa	Ganho/ (Perda) - R\$	Taxa	Ganho/ (Perda) - R\$	Taxa	Ganho/ (Perda) - R\$
Contas a receber de clientes (líquido PECLD)	4.624	17.916	3,90	119	2,93	(4.390)	1,95	(8.898)

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (NDF), consideramos que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e, conseqüentemente, as mudanças da taxa de câmbio implicarão em oscilações tanto nas NDFs (30%), quanto no Faturamento (100%) indexado ao Dólar. Portanto, esta análise deverá acontecer sempre de forma integrada.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2019, conforme Relatório Focus emitido em 1 de fevereiro de 2019, como cenário II (possível) uma desvalorização do Real em 25% frente dólar americano e o cenário III (remoto) uma desvalorização de 50% do Real sobre a moeda estrangeira.

	31/12/2018 - Contratado			Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	US\$	R\$	Taxa média ponderada (R\$)	Taxa US\$	Ganho/ (Perda)	Taxa US\$	Ganho/ (Perda)	Taxa US\$	Ganho/ (Perda) -
					- R\$		- R\$		R\$
Instrumento financeiro de Proteção cambial	108.000	449.874	4,165	3,90	28.674	4,88	(76.626)	5,85	(181.926)

(ii) Risco de taxa de juros

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia considera como cenário I (provável) a média da taxa básica de juros para o ano de 2019 de 6,50% ao ano, conforme Relatório Focus de 1 de fevereiro de 2019. Na projeção do cenário II (possível), a taxa básica foi reduzida em 25% e no cenário III (remoto) em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2018 – a.a.	Cenário I Provável	Cenário II Redução 25%	Cenário III Redução 50%
Média taxa básica de juros – (% aa)	6,50	6,50	4,88	3,25
Saldo de aplicações financeiras	307.346	331.498	325.460	319.422
Efeito líquido		24.153	18.114	12.076

Para o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018, a Companhia considera como cenário I (provável) a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para o ano de 2019 de 7,03% ao ano. Na projeção do cenário II (possível), a TJLP foi aumentada em 25% e no cenário III (remoto) em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2018 – a.a.	Cenário I Provável	Cenário II Aumento 25%	Cenário III Aumento 50%
Taxa de juros – TJLP – (%aa)	6,98	7,03	8,79	10,55
Saldo de empréstimos e financiamentos	32.163	34.424	34.989	35.555
Efeito líquido		(2.261)	(2.826)	(3.392)

(iii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha.

O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

(iv) Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

Os únicos passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano, e com liquidação em caixa, são os empréstimos e financiamentos. Os vencimentos desses passivos estão demonstrados na Nota 21.

(v) Risco de concentração

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns poucos clientes, os quais foram representativos em 2018. No mercado interno, para o Ferrocromo, temos Aperam Inox e Magoteux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, temos Marubeni Corporation e Traxys. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia vem mantendo um foco constante em iniciativas para redução nos custos com vistas ao aumento de competitividade internacional, além do aprimoramento de sua estratégia de diversificação no portfólio de clientes, com destaque para o mercado externo.

Em acréscimo, a Companhia possui aplicações financeiras com liquidez imediata e mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para disponibilidade de crédito.

(vi) Risco de preço de *commodities*

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

(vii) Outros fatores de risco não financeiros

Riscos regulatórios: a Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos nas esferas federal, estadual e municipal. Adicionalmente, o descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, proveniente das operações da Companhia (mineração, recursos florestais e metalurgia), podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Riscos ambientais: a Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades nas quais opera, tendo estabelecido medidas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia, atenta aos problemas globais atinentes ao Meio Ambiente e, em conformidade com a legislação ambiental, opera consoante suas licenças ambientais e tem a gestão ambiental das áreas florestal e de metalurgia certificada pela ISO 14001. Na área de mineração, a implantação destas normas está em andamento, prevista para ocorrer em meados de 2018.

Riscos climáticos e da natureza: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, tais como altas temperaturas, inundações e chuvas extremas e riscos da natureza, como danos decorrentes de pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (desabamentos das minas, enchentes, dentre outras). A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio e contratação de empresa especializada para análise das condições estruturais da mina e desenvolvimento de planos contingenciais.

Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja substancialmente plantado para consumo próprio (biorredutor), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são anualmente revisadas para antever possíveis impactos.

Risco de não manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS, há um benefício denominado ICMS DESENVOLVE que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos não sejam renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.

Risco de energia elétrica: por sua característica eletrointensiva, a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou um aumento significativo dos preços, a Companhia mantém contrato de longo prazo com a CHESF. Em 21 de agosto de 2015, a Companhia juntamente com outras empresas eletrointensivas do Nordeste, assinaram prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037. Adicionalmente, em 2018, a Companhia adquiriu o parque eólico BW Guirapá, reforçando sua intenção em perenizar as suas atividades e tornar-se, também, geradora de energia elétrica.

Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à Planta Metalúrgica, localizada no município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos	3.573	8.217	24.379	8.460
Aplicações em CDB (i)	127	120	4.358	4.100
Fundos de investimento (ii)	153.375	69.421	153.376	79.880
	<u>157.075</u>	<u>77.758</u>	<u>182.113</u>	<u>92.440</u>

- (i) Na controladora, refere-se à aplicação financeira com taxa de remuneração de 90% do CDI (90% - 31/12/2-17), com liquidez diária, para garantia das operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. No consolidado, contempla também operações em CDB - Certificado de Depósito Bancário, cuja taxa de remuneração é de 98,5% do CDI (98,5% - 31/12/2017).
- (ii) Operações em títulos através de fundos de investimentos, cujo resgate tem liquidez diária. Os juros médios na marcação a mercado situam-se entre 98% e 119,7% do CDI (entre 95,7% e 101,5% - 31/12/2017).

10 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Fundos de investimentos (i)	110.132	407.005	110.132	421.571
Não circulante				
Fundos de investimentos (i)		2.730	39.450	2.730
Letras financeiras (ii)			39.480	23.359
		2.730	78.930	26.089
Total das aplicações financeiras	110.132	409.735	189.062	447.660

(i) Operações em títulos, cujos vencimentos superam 90 dias e a remuneração média está entre 94% e 121% do CDI (entre 98,5% e 104,8% - 31/12/2017). Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços em um evento de liquidez sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa. A redução das aplicações financeiras para 31 de dezembro de 2018 deve-se à aquisição do controle da BW Guirapá, conforme nota 1.1. A redução das aplicações financeiras para 31 de dezembro de 2018 deve-se à aquisição do controle da BW Guirapá, conforme nota 1.1.

(ii) Letras financeiras com remuneração entre 101,5% e 103,3% do CDI (Entre 102% e 104% - 31/12/2017).

11 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercado interno	111.058	108.218	118.379	108.218
Mercado externo	21.867	25.508	21.867	25.508
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(4.303)	(4.411)	(4.303)	(4.411)
	128.622	129.315	135.943	129.315

As contas a receber de mercado externo são em dólares americanos (US\$), convertidas para Reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no montante de R\$ 4.303 (31/12/2017 – R\$ 4.411).

Abaixo demonstramos a movimentação da PECLD:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(305)
Constituição de PECLD	(4.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.411)
Baixa/reversão de PECLD	108
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(4.303)

A Administração entende que a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobrir possíveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

12 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio do saldo das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou valor de realização.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Produtos acabados (i)	163.780	87.455	163.780	87.455
Matérias-primas	61.676	44.533	61.729	44.587
Minério de cromo	43.059	26.846	43.059	26.846
Materiais para manutenção (ii)	42.965	42.290	43.022	42.346
Outros	1.536	853	1.536	853
	<u>313.016</u>	<u>201.977</u>	<u>313.126</u>	<u>202.087</u>
Não circulante				
Materiais para manutenção (ii)	5.201	5.201	5.201	5.201
Provisão para obsolescência (iii)	(4.824)	(1.896)	(4.824)	(1.896)
	<u>377</u>	<u>3.305</u>	<u>377</u>	<u>3.305</u>
	<u><u>313.393</u></u>	<u><u>205.282</u></u>	<u><u>313.503</u></u>	<u><u>205.392</u></u>

- (i) O aumento no saldo dos produtos acabados para 31 de dezembro de 2018 é justificado pelo aumento de cerca de 12% na produção de ferroligas, além do custo de oportunidade na avaliação da venda de energia ou sua utilização na produção, aliado aos impactos gerados em função da redução da demanda de clientes no último trimestre de 2018.
- (ii) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
- (iii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos.

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
COFINS e PIS a recuperar (i)	3.161	5.951	3.161	5.952
IRPJ e CSLL (ii)	9.558	2.429	10.637	3.116
ICMS a recuperar (i)	4.514	2.751	4.514	2.751
Outros	182	416	194	416
	<u>17.415</u>	<u>11.547</u>	<u>18.506</u>	<u>12.235</u>
Não circulante				
ICMS a recuperar (iii)	5.356	5.389	5.356	5.389
Outros	66	65	66	65
	<u>5.422</u>	<u>5.454</u>	<u>5.422</u>	<u>5.454</u>
	<u><u>22.837</u></u>	<u><u>17.001</u></u>	<u><u>24.158</u></u>	<u><u>17.689</u></u>

- (i) Créditos, substancialmente, de Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários - REINTEGRA, a serem compensados no primeiro trimestre de 2019.
- (ii) Créditos gerados na distribuição de juros sobre o capital próprio.
- (iii) Créditos relativos às entradas de bens destinados ao Ativo Imobilizado e compensados na proporção de 1/48 avos.

14 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Circulante		
Adiantamentos a fornecedores de energia (i)	2.000	2.000
Adiantamentos a fornecedores de energia - CHESF (ii)	11.356	11.560
	13.356	13.560
Não circulante		
Adiantamentos a fornecedores de energia (i)	8.167	10.167
Adiantamentos a fornecedores de energia - CHESF (ii)	22.530	31.998
	30.697	42.165
	44.053	55.725

- (i) Refere-se a um adiantamento de contrato de energia, realizado em fevereiro de 2015, para o qual são emitidas, mensalmente, desde 31 de janeiro de 2016, notas fiscais de remessa correspondendo ao valor de R\$ 167 ao mês em parcelas fixas e não ajustáveis durante 08 anos. O valor adiantado corresponde a R\$ 16.000, aproximadamente 5% do total do contrato e está garantido por fiança bancária de instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2018, o valor apropriado ao custo foi de R\$ 2.000 (31/12/2017 – R\$ 2.167).
- (ii) Refere-se ao desembolso previsto nos termos da Lei de nº 13.182/15, que autorizou a prorrogação dos contratos entre a CHESF e as indústrias eletrointensivas do Nordeste até o ano de 2037, que prevê: (i) uma redução dos volumes fornecidos em 30% até 08 de fevereiro de 2032; (ii) a partir de 09 de fevereiro de 2032 até 2037, redução de 1/6 do volume do ano anterior; (iii) um aumento real de 22,5% na tarifa em 01 de julho de 2015; (iv) um reajuste anual a partir de 01 de julho de 2016, conforme Index estabelecido, sendo 70% IPCA + 30% LTN e NTN-B; (v) o adiantamento de R\$ 65.000 realizado no segundo semestre de 2015; e (vi) um desconto de 8,8% na tarifa entre os anos de 2016 a 2022, para compensar o adiantamento de 2015. Em 31 de dezembro de 2018, o valor apropriado ao custo foi de R\$ 11.376 (31/12/2017 – R\$ 11.578).

15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Impostos diferidos ativos</u>				
Provisão para causas judiciais	(51.445)	(52.197)	(51.455)	(52.197)
Provisão para perdas nos estoques (Nota 12)	(4.824)	(1.896)	(4.824)	(1.896)
Provisão para participação nos lucros (i)	(45.581)	(38.561)	(45.581)	(38.561)
Provisão para passivo ambiental	(10.914)	(9.029)	(10.914)	(9.029)
Obrigações trabalhistas e atuariais (Nota 22)	(67.586)	(41.478)	(67.586)	(41.478)
Realização da mais valia	(3.314)	-	(3.314)	-
Provisão PECLD	(4.303)	(4.106)	(4.303)	(4.106)
Outras provisões temporárias	(13.930)	(16.315)	(13.930)	(16.315)
Base de cálculo	(201.897)	(163.582)	(201.897)	(163.582)
IRPJ diferido à alíquota de 25%	47.979	38.997	47.979	38.997
CSLL diferida à alíquota de 9%	18.171	14.722	18.171	14.722
IRPJ/CSLL diferido ativo	66.150	53.719	66.150	53.719

- (i) Base para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente (inedutível para efeito do IRPJ). O valor das participações nos lucros dos Administradores é de R\$ 9.979 (31/12/2017 - R\$ 7.597).

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Impostos diferidos passivo</u>				
Ativo imobilizado - <i>Deemed Cost</i>	58.810	58.810	63.385	63.385
Ativos biológicos	56.977	67.156	56.977	67.156
Compra vantajosa	75.143	-	75.143	-
Instrumentos financeiros de hedge	25.087	993	25.087	993
Depreciação acelerada	9.878	10.839	9.878	10.839
Base de cálculo	225.895	137.798	230.470	142.373
IRPJ diferido à alíquota de 25%	(56.474)	(34.450)	(57.619)	(35.593)
CSLL diferida à alíquota de 9%	(20.331)	(12.402)	(20.741)	(12.814)
IRPJ/CSLL diferido passivo	(76.805)	(46.852)	(78.360)	(48.407)
IRPJ/CSLL diferido líquido	(10.655)	6.867	(12.210)	5.312

A Administração, com base na melhor estimativa, em análise individual das provisões, realizará que os créditos fiscais, provenientes das diferenças temporárias conforme demonstrado a seguir:

Ano-calendário	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL - diferido		IRPJ/CSLL - diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2019	16.517	15.052	16.517	15.052
2020	258	624	258	624
2021	258	564	258	564
2022	258	504	258	504
2023	258	444	258	444
2024 em diante	48.601	59.617	48.601	61.172
	66.150	76.805	66.150	78.360

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos períodos são:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do IRPJ/CSLL	345.736	307.146	349.900	308.888
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(117.550)	(104.430)	(118.966)	(105.022)
Juros sobre capital próprio	32.856	30.646	32.856	30.646
Equivalência patrimonial	(4.006)	724	-	-
Doações	(809)	(562)	(809)	(562)
Outros	1.938	(1.308)	(4.427)	(1.324)
Incentivo fiscal SUDENE (i)	50.634	37.636	50.634	37.636
	(36.937)	(37.294)	(40.712)	(38.626)
Resultado do IRPJ e CSLL				
Incentivo fiscal SUDENE (i)	50.634	37.636	50.634	37.636
Corrente	(77.310)	(62.518)	(81.085)	(63.850)
Diferido	(10.261)	(12.412)	(10.261)	(12.412)
Despesa de IRPJ e CSLL	(36.937)	(37.294)	(40.712)	(38.626)

Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas:

- (i) Advindas da fabricação de ferroligas e seus subprodutos, no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, conforme Laudo Constitutivo de nº 0200/2015;
- (ii) Advindas da exploração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos, no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025, conforme Laudo Constitutivo de nº 0131/2016.

As parcelas correspondentes aos incentivos de redução do imposto de renda R\$ 298 (em 31/12/2017 R\$ 515), do ICMS Desenvolve R\$ 19.017 (em 31/12/2017 R\$ 20.287) e SUDENE R\$ 50.634 (31/12/2017 R\$ 28.158) são reconhecidas no resultado e ao final de cada exercício social são transferidas de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuídas aos acionistas.

16 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	2.856	3.597	2.865	3.606
Tributários	7.940	2.237	9.176	2.324
	10.796	5.834	12.041	5.930

Referem-se a depósitos associados a processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, que registramos no ativo não circulante da Companhia, até que ocorra a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

17 Investimentos

Objetivando transferir os benefícios de jazidas, terras e outros bens de propriedade de empresas controladas, a Companhia optou por arrendar estes ativos de forma a manter todos os custos e despesas de responsabilidade da Companhia. Com esta configuração, não há incidências de ineficiências tributárias e operacionais sobre transações intragrupo enquanto ao mesmo tempo não é preciso reorganizar a estrutura societária ou solicitar transferências aos órgãos reguladores (INCRA, DNPM, etc.). A seguir, breve comentário sobre as controladas:

(i) A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferrossilício de alta pureza e a *Japan Metals & Chems* - JMC. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato é renovado anualmente.

(ii) A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, à Companhia, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

(iii) A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de biorredutor. Desde novembro de 1997, a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

(iv) A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal") tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal. Desde novembro de 1997, a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

(v) A BW Guirapá I S.A. ("BW Guirapá") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a participação de 100% do capital social das seguintes sociedades ("Controladas"): Central Eólica Angical S.A., Central Eólica Caititu S.A., Central Eólica Coqueirinho S.A., Central Eólica Corrupião S.A., Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. e Central Eólica Teiú S.A. O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2035.

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

	Participação - %	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro (Prejuízo)	Participação da Cia. no PL das controladas	Participação da Cia. (equivalência patrimonial)
31 de dezembro de 2017									
Silbasa	51,26	11.501	221	11.280	1.647	(807)	840	5.782	430
Jacurici	100	44.155	1.844	42.311	4.173	(2.603)	1.570	42.311	1.570
Reflora	99,96	3.147	2	3.145	293	(263)	30	3.144	30
Damacal	100	2.467	260	2.207	154	(55)	99	2.207	99
								53.444	2.129
31 de dezembro de 2018									
Silbasa	51,26	12.120	230	11.890	1.388	(588)	800	6.095	410
Jacurici	100	36.160	9.585	26.575	2.749	(2.246)	503	26.575	503
Reflora	99,98	3.272	4	3.268	226	(103)	123	3.268	123
Damacal	100	2.483	260	2.223	119	(103)	(16)	2.223	16
BW Guirapá	100	842.018	365.354	476.664	73.667	(86.501)	(12.834)	553.388*	(16.148)*
								591.549	(15.096)

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

	Silbasa	Jacurici	Reflora	Damacal	BW Guirapá(*)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.454	44.464	3.115	2.108	-	78	55.219
Dividendos	(102)	(3.724)	-	-	-	-	(3.826)
Equivalência patrimonial	430	1.570	30	99	-	-	2.129
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.782	42.310	3.145	2.207	-	78	53.522
Acervo líquido adquirido (Nota 1.1)	-	-	-	-	485.598	-	485.598
Aporte em controladas	-	-	-	-	3.900	-	3.900
Dividendos	(97)	(1.238)	-	-	-	-	(1.335)
Redução de capital	-	(15.000)	-	-	-	-	(15.000)
Ativos identificáveis avaliados ao seu valor justo em combinação de negócios (Nota 1.1)	-	-	-	-	80.038	-	80.038
Equivalência patrimonial:							-
Resultado do exercício/período(**)	410	503	123	16	(12.834)	-	(11.782)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo	-	-	-	-	(3.314)	-	(3.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.095	26.575	3.268	2.223	553.388	78	591.627

(*) Ajustados pelos ativos avaliados ao seu valor justo e sua respectiva realização do montante líquido de R\$ 76.724.

(**) O cálculo da equivalência patrimonial da BW Guirapá contempla apenas 9 meses, pois a mesma foi adquirida em abril de 2018, conforme Nota 1.1.

Cia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA e CONTROLADAS

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imobilizado e intangível

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Terras para plantio (i)	115.419	115.419	115.571	115.571
Terrenos	26.357	23.882	32.127	29.051
Edificações	149.669	144.479	297.978	145.193
Máquinas e equipamentos	268.351	272.325	952.455	272.452
Veículos e tratores	6.034	8.273	6.034	8.273
Móveis e utensílios	3.967	3.941	4.028	3.941
Informática	2.012	2.546	2.018	2.549
Desenvolvimento de minas (ii)	58.767	54.114	58.767	54.114
Provisão fechamento das minas (iii)	1.380	2.021	1.380	2.021
Em andamento e outros (iv)	38.124	31.886	51.600	33.350
	<u>670.080</u>	<u>658.886</u>	<u>1.521.958</u>	<u>666.515</u>

- (i) Terras utilizadas para o plantio de eucalipto destinado à produção de biorredutor, utilizado na produção de ligas, com a área total de 64.070 hectares.
- (ii) Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.
- (iii) Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.
- (iv) Na Mineração, destacamos o projeto *Hard Lump* que tem como objetivo a melhoria dos processos de beneficiamento e lavra, visando o aumento de produção do minério de cromo. Além disso, destacamos também os investimentos em máquinas e equipamentos referentes à renovação de equipamentos pesados utilizados no processo de mineração para dar suporte à curva de crescimento da produção exigida pelo referido projeto. Na Metalurgia, o investimento em destaque se refere à 1ª etapa do *Casting Machine*, equipamento que permite a redução de perdas e menor geração de finos no processo de moldagem.

Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora										
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
Custo											
Saldo em 31/12/2016	115.419	5.961	143.847	502.427	73.817	10.766	9.552	74.474	10.792	106.751	1.053.806
Adições e transferências	-	17.921	46.701	61.405	1.618	701	602	14.851	-	(63.601)	80.198
Baixas e Reclassificações	-	-	-	(4.657)	(580)	(6)	(135)	-	(1.677)	(691)	(7.746)
Saldo em 31/12/2017	115.419	23.882	190.548	559.175	74.855	11.461	10.019	89.325	9.115	42.459	1.126.258
Adições e transferências	-	2.475	12.784	30.429	1.328	758	442	8.945	-	10.524	67.685
Baixas e outros	-	-	-	(943)	(2.672)	-	(30)	-	-	(314)	(3.959)
Reclassificações	-	-	-	(43)	-	-	-	-	-	(807)	(850)
Saldo em 31/12/2018	115.419	26.357	203.332	588.618	73.511	12.219	10.431	98.270	9.115	51.862	1.189.134
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 31/12/2016			(40.140)	(248.413)	(60.940)	(6.774)	(6.614)	(31.780)	(6.405)	(6.632)	(407.698)
Despesa de depreciação e exaustão			(5.929)	(42.957)	(6.096)	(750)	(994)	(3.431)	(689)	(3.960)	(64.806)
Baixas e outros			-	4.005	454	4	135	-	-	19	4.617
Amortização reinvestimento			-	515	-	-	-	-	-	-	515
Saldo em 31/12/2017			(46.069)	(286.850)	(66.582)	(7.520)	(7.473)	(35.211)	(7.094)	(10.573)	(467.372)
Despesa de depreciação e exaustão			(7.594)	(34.574)	(3.584)	(732)	(976)	(4.292)	(641)	(3.165)	(55.558)
Baixas e Reclassificações			-	859	2.689	-	30	-	-	-	3.578
Amortização reinvestimento			-	298	-	-	-	-	-	-	298
Saldo em 31/12/2018			(53.663)	(320.267)	(67.477)	(8.252)	(8.419)	(39.503)	(7.735)	(13.738)	(519.054)
Saldos líquidos em											
31/12/2017	115.419	23.882	144.479	272.325	8.273	3.941	2.546	54.114	2.021	31.886	658.886
31/12/2018	115.419	26.357	149.669	268.351	6.034	3.967	2.012	58.767	1.380	38.124	670.080

	Consolidado										
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
Custo											
Saldo em 31/12/2016	115.571	11.130	148.195	508.989	82.604	10.830	9.785	74.474	10.792	108.216	1.080.586
Adições e transferências	-	17.921	46.701	61.405	1.618	701	602	14.851	-	(63.601)	80.198
Baixas e reclassificações	-	-	-	(4.657)	(580)	(6)	(135)	-	(1.677)	(691)	(7.746)
Saldo em 31/12/2017	115.571	29.051	194.896	565.737	83.642	11.525	10.252	89.325	9.115	43.924	1.153.038
Aquisição BW Guirapá (Nota 1.1)	-	601	208.172	579.429	-	58	23	-	-	12.369	800.652
Ajuste a valor justo aquisição BW (Nota 1.1)	-	-	(7.507)	87.562	-	3	(20)	-	-	-	80.038
Adições e transferências	-	2.475	12.784	30.447	1.328	758	442	8.945	-	10.524	67.703
Baixas e Reclassificações	-	-	(46.900)	45.006	(2.672)	-	(30)	-	-	(941)	(5.537)
Saldo em 31/12/2018	115.571	32.127	361.445	1.308.181	82.298	12.344	10.667	98.270	9.115	65.876	2.095.894
Depreciação e exaustão acumuladas											
Saldo em 31/12/2016			(43.613)	(254.812)	(69.727)	(6.838)	(6.844)	(31.780)	(6.405)	(6.632)	(426.651)
Despesa de depreciação e exaustão			(6.090)	(42.993)	(6.096)	(750)	(994)	(3.431)	(689)	(3.961)	(65.004)
Baixas e reclassificações			-	4.005	454	4	135	-	-	19	4.617
Amortização reinvestimento			-	515	-	-	-	-	-	-	515
Saldo em 31/12/2017			(49.703)	(293.285)	(75.369)	(7.584)	(7.703)	(35.211)	(7.094)	(10.574)	(486.523)
Despesa de depreciação e exaustão			(14.075)	(59.973)	(3.584)	(732)	(976)	(4.292)	(641)	(3.702)	(87.975)
Baixas e reclassificações			-	1.157	2.689	-	30	-	-	-	3.876
Amortização ajuste a valor justo aquisição BW			311	(3.625)	-	-	-	-	-	-	(3.314)
Saldo em 31/12/2018			(63.467)	(355.726)	(76.264)	(8.316)	(8.649)	(39.503)	(7.735)	(14.276)	(573.936)
Saldos líquidos em											
31/12/2017	115.571	29.051	145.193	272.452	8.273	3.941	2.549	54.114	2.021	33.350	666.515
31/12/2018	115.571	32.127	297.978	952.455	6.034	4.028	2.018	58.767	1.380	51.600	1.521.958

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, sendo que as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear, aplicáveis ao exercício de 2018:

	<u>Média vida útil (anos)</u>
Máquinas e equipamentos	21
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática	5
Outros	5

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R\$ 1.888 (31/12/2017 - R\$ 122), líquidos de depreciação.

19 Ativo biológico

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor, que por sua vez é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas encontram-se localizadas na Bahia. A Companhia possui área total de 64.070 hectares, sendo que deste total, 25.836 hectares encontram-se plantados.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
No início do exercício	212.746	197.866
Plantios e manutenção	23.593	19.096
Exaustão	(59.197)	(45.584)
Variação de valor justo	22.266	41.368
No final do exercício	199.408	212.746

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de aproximadamente 07 anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafoclimáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos pelos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros, considerando o cenário de preços de destinação do eucalipto para produção de madeira, além dos meios de pesquisas de preço no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente.

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados os custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Área de efetivo plantio (hectare) ^(*)	25.756	25.648
Incremento médio anual (IMA) – m ³ /hectare ano ^(*)	32,00	31,00
Remuneração da terra própria – R\$/hectare	510,00	444,00
Taxa de desconto - %	7,18%	8,49%

(*)Informações não auditadas.

A Companhia possui 17.168 hectares^(*) de ativos biológicos dados em garantia para financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) referente à linha de crédito de R\$ 40.493. No exercício de 2018, foram liberados R\$ 2.500 (31/12/2017 – R\$ 11.157) desta linha, em consonância ao cronograma de plantio.

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13/ CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Energia elétrica	14.945	14.158	14.945	14.158
Matéria-prima e insumos	31.273	25.021	31.273	25.021
Outros fornecedores	10.008	21.946	14.866	21.946
	<u>56.226</u>	<u>61.125</u>	<u>61.084</u>	<u>61.125</u>

21 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Financiamentos (i)	18.030	6.383	18.030	6.383
Financiamento BNDES BW Guirapá I (ii)	-	-	26.492	-
Leasing	-	10	-	10
	<u>18.030</u>	<u>6.393</u>	<u>44.522</u>	<u>6.393</u>
Custo de captação	-	-	(451)	-
	<u>18.030</u>	<u>6.393</u>	<u>44.071</u>	<u>6.393</u>
Não circulante				
Financiamentos (i)	46.132	59.989	46.132	59.989
Financiamento BNDES BW Guirapá I (ii)	-	-	312.026	-
	<u>46.132</u>	<u>59.989</u>	<u>358.158</u>	<u>59.989</u>
Custo de captação	-	-	(5.414)	-
	<u>46.132</u>	<u>59.989</u>	<u>352.744</u>	<u>59.989</u>
	<u>64.162</u>	<u>66.382</u>	<u>396.815</u>	<u>66.382</u>

- (i) Trata-se de capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimentos na área florestal e para aquisições de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração.
- (ii) Financiamento BNDES BW Guirapá:

Para os saldos presentes na consolidação, em função da aquisição da BW Guirapá I temos os seguintes pontos a serem destacados:

Em 6 de outubro de 2015 as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os contratos de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está distribuído pelas SPEs.

A taxa de juros dos contratos é de 2,65% a.a. mais a variação da TJLP, com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o 1ª em 15/12/2015 e o último em 15/04/2032.

O quadro abaixo demonstra os saldos, custos e vencimentos dos empréstimos:

Modalidade	R\$ mil	Vencimentos	Encargos a.a.	Amortização	Garantias
FINEX 4131	24.824	2020	8,2%	Mensal	-
FINAME	179	2021	TJLP + 3,9%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	128	2022	2,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.527	2022	TJLP + 3,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINEM	14.396	2022	TJLP + 1,52%	Mensal	Hipoteca de terreno
FINAME	2.755	2023	2,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.255	2023	3,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	195	2023	4,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	3.887	2023	TJLP + 3,9%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	2.981	2024	6,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.086	2024	TJLP + 3,6%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.257	2024	TJLP + 3,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	182	2024	TJLP + 3,4%	Mensal	Alienação fiduciária
FINEM	9.510	2025	TJLP + 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	39.369	39.369
Captação	29.243	29.243
Juros e variações monetárias provisionados	4.202	4.202
Juros pagos	(3.860)	(3.860)
Amortização de principal	(2.572)	(2.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	66.382	66.382
Aquisição da BW Guirapá (Nota 1.1)	-	349.719
Captação	30.500	30.790
Juros e variações monetárias provisionados	5.265	29.005
Amortização custo de captação	-	337
Juros pagos	(4.703)	(26.896)
Amortização de principal	(33.282)	(52.522)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.162	396.815
Circulante	18.030	44.071
Não circulante	46.132	352.744
	64.162	396.815

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019	-	12.963	-	12.963
2020	16.246	14.467	41.199	14.467
2021	10.579	15.076	35.532	15.076
2022	7.613	8.435	32.566	8.435
2023 em diante	11.694	9.048	243.447	9.048
Total	<u>46.132</u>	<u>59.989</u>	<u>352.744</u>	<u>59.989</u>

Cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

A razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atendeu esse índice.

A controlada BW Guirapá I e as sete Centrais Eólicas, devem manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado para todo o grupo em 1,30, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2018.

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá I, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras, dos contratos vigentes nesta data.

22 Obrigações com aquisição de controlada

	Saldo remanescente Aquisição	Negociação fornecedores	Earn-out	Total
Saldo a pagar em 02/04/2018	156.376	9.287	2.150	167.813
Atualização	8.620	238	65	8.923
Saldo a pagar em 31/12/2018	164.996	9.525	2.215	176.736
Apresentados como:				
Circulante	38.493	1.061	-	39.554
Não circulante	126.503	8.464	2.215	137.182

As Obrigações com aquisição de controlada referem-se a saldo remanescente da aquisição da BW Guirapá I atualizados até 31 de dezembro de 2018: (i) R\$ 174.521 dividido em três parcelas, sendo R\$ 39.554 em 02/04/2019, R\$ 39.554 em 02/04/2020 e R\$ 95.413 em 02/04/2021; as parcelas são corrigidas pela taxa CDI + 1% a.a.; e (ii) a contraprestação contingente (earn-out payment) de R\$2.215.

23 Obrigações trabalhistas e atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Salários e encargos	9.645	10.295	9.685	10.316
Provisões trabalhistas e encargos	19.865	18.697	19.865	18.698
Participações nos lucros (i)	45.581	38.561	45.581	38.561
	75.091	67.553	75.131	67.575
Não circulante				
Obrigações trabalhistas e atuariais (ii)	67.586	41.478	67.586	41.478
	142.677	109.031	142.717	109.053

- (i) O Estatuto Social da Companhia estabelece que, do resultado do exercício, depois de subtraídos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, serão destinados até 10% para distribuição aos empregados e, desse saldo, até 10% para gratificação aos administradores. No exercício de 2018, a Companhia provisionou participações a administradores e empregados, nos montantes de R\$ 9.979 (31/12/2017 - R\$ 7.597) e R\$ 35.602 (31/12/2017 - R\$ 30.964), respectivamente.
- (ii) A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. e assistencial de Plano de Saúde administrado pelo Bradesco Saúde.

A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebem salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um aporte único pago ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício. Além do benefício de prêmio de aposentadoria descrito na Nota 6(m(iii)). Para este grupo, a Companhia procedeu com um cálculo de expectativa do valor justo e possui provisão em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 24.106 (31/12/2017 - R\$ 8.988).

Adicionalmente, a Companhia assegura a seus colaboradores que se aposentam ou que são desligados sem justa causa, o direito de permanecer no plano de saúde empresarial. As condições de cobertura assistencial permanecem as mesmas quando da vigência do contrato de trabalho, desde que o optante assuma o pagamento integral do referido plano.

De acordo com a Convenção Coletiva e Acordo Coletivo de Trabalho, os empregados optantes pelo FGTS e desligado ao seu pedido, ao se aposentarem em definitivo, e não permanecendo na ocasião do seu desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado, desde que o tempo de serviço seja superior a 05 e 08 anos, a depender da localidade que trabalha. O montante registrado pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 43.480 (31/12/2017 – R\$ 32.491).

- (a) Segue abaixo quadro com a movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	Plano de Saúde	Previdência Privada e prêmio de aposentadoria	Total
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	32.491	8.987	41.478
Despesa serviço corrente e juros sobre a obrigação reconhecidos no resultado do exercício	8.324	15.972	24.296
Contribuições vertidas pelo empregador no ano (-)	(676)	(249)	(925)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	3.341	(604)	2.737
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	43.480	24.106	67.586

- (b) Apresentamos a seguir, os ganhos e perdas atuariais no período sobre o valor presente da obrigação de benefício definido, com identificação daqueles ocorridos por alteração nas premissas demográficas e financeiras e aqueles por ajuste de experiência, bem como identificação dos montantes a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes.

	Plano de Saúde	Previdência Privada e prêmio de aposentadoria	Total
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas demográficas	(2.056)	(231)	(2.287)
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas financeiras	(2.465)	119	(2.346)
Ganho/(Perda) atuarial por ajustes de experiência	1.180	716	1.896
Montantes a serem reconhecidos em ORA no final do exercício	(3.341)	604	(2.737)

- (c) Análise de sensibilidade dos resultados de avaliação atuarial do passivo de benefícios pós-emprego; para essa análise, foram consideradas variações sobre as premissas de mortalidade geral, taxas de juros, inflação médica e opção de permanência no plano de aposentadoria.

	Plano de Saúde		Previdência Privada e prêmio de aposentadoria	
	Passivo	Impacto*	Passivo	Impacto*
Cenário base	43.480		24.106	
Mortalidade geral – suavização de 10% nas taxas de mortalidade	44.561	2,49%	24.161	0,23%
Mortalidade geral – agravamento de 10% nas taxas de mortalidade	42.485	(2,29%)	24.052	(0,23%)
Taxas de juros real – redução de 0,50% a.a.	48.273	11,02%	24.906	3,32%
Taxas de juros real – incremento de 0,50% a.a.	39.357	(9,48%)	23.358	(3,11%)
Inflação médica – aumento de 1,00% a.a.	53.923	24,02%		
Inflação médica – redução de 1,00% a.a.	35.667	(17,97%)		

*Impacto apurado em relação ao cenário base.

(d) Premissas atuariais

	Premissas atuariais	
	2018	2017
Taxa esperada de inflação - % a.a.	4,00	4,82
Taxa real de desconto – Plano de Previdência - % a.a.	4,85	5,07
Taxa real de desconto – Custeio plano de saúde - % a.a.	5,05	5,34
Taxa real de desconto – Prêmio de aposentadoria - % a.a.	4,60	4,79
Taxa de rotatividade - % a.a.	5,00	3,30
Crescimento real de salários - % a.a.	1,50	1,14
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídio indireto)	55,00	55,00
Elegibilidade à aposentadoria	65 normal 25,20 e 15 especial	55 anos de idade e 10 de contribuição

24 Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante:				
IRPJ e CSLL	-	-	1.046	42
IPI	1.873	1.041	1.873	1.041
ICMS	14.351	1.423	14.351	1.423
IRRF a recolher	2.324	2.165	2.513	2.186
PIS e COFINS	1.705	1.346	2.263	1.369
Outros	891	676	922	676
	21.144	6.651	22.968	6.737
Não circulante:				
PIS e COFINS	-	-	87	87
	-	-	87	87
	21.144	6.651	23.055	6.824

25 Instrumentos financeiros de proteção cambial

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar a termo (*non deliverable forward* - "NDF") para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas tanto no mercado externo quanto no mercado doméstico, definido em política interna, aprovada pela Administração, conforme descrito na Nota 5.4.

A metodologia de determinação do valor das NDF é a de marcação a mercado, utilizando taxas referenciais da B3.

A Companhia e suas controladas não fazem aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2018 designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) estão demonstradas no quadro abaixo. A taxa média ponderada foi de R\$ 4,165:

Controladora e Consolidado				
Instrumento de hedge				Objeto de hedge
Vencimentos	Operação	Nacional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2019	NDF	27.000	4.562	Vendas futuras
2º trimestre de 2019	NDF	27.000	5.334	Vendas futuras
3º trimestre de 2019	NDF	27.000	8.059	Vendas futuras
4º trimestre de 2019	NDF	27.000	7.132	Vendas futuras
		<u>108.000</u>	<u>25.087</u>	

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia procedeu com a avaliação de seus contratos (NDF) em aberto. O montante de R\$ 24.094 foi considerado efetivo para fins de *hedge accounting* e registrado no Patrimônio Líquido.

No exercício, foram liquidados contratos de hedge, cujas perdas foram reconhecidas no resultado, no montante de R\$ 15.096. Em 31 de dezembro de 2017, as liquidações dos contratos de hedge geraram um ganho no resultado de R\$ 23.576.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2017 designados e não designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) estão demonstrados no quadro abaixo:

Controladora e Consolidado				
Instrumento de hedge				Objeto de hedge
Vencimentos	Operação	Nacional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2018	NDF	10.000	305	Vendas futuras
2º trimestre de 2018	NDF	4.000	275	Vendas futuras
3º trimestre de 2018	NDF	5.000	122	Vendas futuras
4º trimestre de 2018	NDF	9.000	291	Vendas futuras
		<u>28.000</u>	<u>993</u>	

Abaixo demonstramos a movimentação de hedge durante o exercício de 2018 e 2017:

	<u>Controladora e consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>16.311</u>
Movimentação hedge	(15.318)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>993</u>
Movimentação hedge	24.094
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>25.087</u>

26 Provisão para passivo ambiental

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e parques eólicos, a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

A taxa de juros anual de longo prazo utilizada para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2018 foi 4,57% (31/12/2017 – 5,44%). A movimentação da provisão está demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante				
No início do exercício				
Provisão para custos socioambientais (a)	-	-	2.745	-
Baixas	-	-	(1.089)	-
Total circulante	-	-	1.656	-
Não circulante				
No início do exercício	11.049	16.222	11.049	16.222
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa	(750)	(1.677)	(750)	(1.677)
Baixas	(1.010)	(4.066)	(1.010)	(4.066)
Atualização monetária e outras	3.004	570	3.004	570
Desmobilização de parques eólicos (b)	-	-	7.858	-
Ajuste a valor presente	-	-	983	-
Total não circulante	<u>12.293</u>	<u>11.049</u>	<u>21.134</u>	<u>11.049</u>
Total	<u>12.293</u>	<u>11.049</u>	<u>22.790</u>	<u>11.049</u>

- (a) Para os custos socioambientais, considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, consequentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais no passivo não circulante, quando aplicável, e incorporou tal custo no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

- (b) Para os custos para desmobilização de ativos: os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia e suas controladas, e a partir desta data considerou que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a Interpretação Técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

27 Provisão para contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

Controladora e Consolidado			
	Possível	Provável	2018
Tributária / Administrativa	20.838	42.369	72.265
Trabalhistas	1.075	6.044	7.119
Cíveis	439	3.032	3.471
	<u>22.352</u>	<u>51.445</u>	<u>82.855</u>

- (a) Processos provisionados e com risco de perda provável:

Controladora e Consolidado		
	2018	2017
Administrativa/Tributárias:		
CFEM (i)	5.666	11.478
PIS e COFINS (ii)	11.376	10.690
Tarifas CDE e TUST (iii)	22.600	20.587
Outros	2.727	2.519
Trabalhistas (iv)	6.044	5.439
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (v)	1.511	1.395
BW (vi)	1.309	-
Outros	212	89
	<u>51.445</u>	<u>52.197</u>

- (i) CFEM: A Companhia foi notificada em julho de 2007 pelo DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral (atual Agência Nacional de Mineração – ANM) para quitar suposto débito por recolhimento indevido da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais entre janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Os principais itens em discussão são (a) o marco de incidência, sendo considerada pelo DNPM a etapa posterior aos fornos elétricos de redução, enquanto a Companhia considera a etapa de sinterização do minério; e (b) prescrição/decadência. A Companhia apresentou suas defesas/recursos administrativos requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança. Superada a fase administrativa sem êxito, a Companhia ingressou com medida cautelar judicial - preparatória para ação principal anulatória dos respectivos autos de infração - através da qual realizou um depósito judicial da parcela não controvertida. Embora os autos totalizem R\$ 68.081 a Companhia entende, com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, que parte substancial dessa autuação possui risco remoto. Quando do ingresso com a medida cautelar preparatória, e pautada em novos cálculos realizados por assistentes técnicos especializados, a Companhia revisitou o valor da provisão, revertendo parte da anteriormente constituída e provisionando R\$ 5.666 (31/12/2017 - R\$ 11.478) para cobrir a parcela do questionamento, acreditando ser provável para suprir eventual desembolso de caixa.
- (ii) PIS e COFINS: A Companhia provisionou R\$ 11.736 (31/12/2017 - R\$ 10.690) referente a uma avaliação de risco realizada pela Administração, apoiada por escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais.
- (iii) A Companhia participa de ações ajuizadas pela ABRACE - Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, através da qual contesta o valor calculado pela ANEEL, relativo à conta de desenvolvimento energético – CDE e à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). A Companhia realizou provisão de R\$ 19.192 (31/12/2017 – R\$ 19.192) e provisão de R\$ 3.408 (31/12/2017 - R\$ 1.395), respectivamente.
- (iv) Trabalhistas: A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária) que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outros). São ao todo 204 processos em 31 de dezembro de 2018 e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável – na sua totalidade ou em parte - é de R\$ 6.044 (31/12/2017 - R\$ 5.439).
- (v) Desconstituição de escritura de terra: A Companhia adquiriu, de boa-fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$ 1.511 (31/12/2017 - R\$ 1.395) para fazer face as prováveis perdas envolvidas nesta discussão.
- (vi) Na aquisição da BW Guirapá a Companhia registrou provisão no montante de R\$ 1.309 referente a processos de indenização por danos relativos a implantação dos parques eólicos.

Movimentação das provisões:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.055	37.773	1.403	45.231
Novos processos/complementos	2.662	12.118	89	14.869
Reversões	(2.623)	(6.610)	(8)	(9.241)
Baixa por pagamento	(655)	-	-	(655)
Atualizações monetárias		1.993		1.993
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.439	45.274	1.484	52.197
Novos processos/complementos	605	7.858	1.548	10.011
Reversões	-	(12.082)	-	(12.082)
Atualizações monetárias	-	1.319	-	1.319
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.044	42.369	3.032	51.445

(b) Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados:

- **Administrativos tributários:** A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior e multas, grande parte em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. A Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 2.263 (31/12/2017 - R\$ 2.766).
- **A Prefeitura Municipal de Queimadas** atuou por irregularidade nos seus processos minerários e considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 493 (31/12/2017 - R\$ 455).
- **Compensação tributos:** A Companhia discute a utilização de créditos para compensar outros tributos federais junto à Receita Federal. A Companhia entende que existe uma parcela de risco possível no valor de R\$ 8.892 (31/12/2017 - R\$ 7.600).
- **PIS e COFINS:** No caso das autuações supracitadas relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 2005 e 2006, a diferença entre o risco total e a parcela de risco provável totaliza R\$ 9.190 (31/12/2017 - R\$ 8.486), sendo esta parcela considerada risco possível.
- **Trabalhistas:** Aproximadamente 33 processos movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária para os quais os advogados externos entendem que a perda é possível. O risco estimado destes processos é R\$ 1.075 (31/12/2017 - R\$ 2.297).
- **Cíveis:** A Companhia possui 04 processos de ações indenizatórias por danos morais e reintegração de posse. O risco é considerado possível e totaliza R\$ 439 (31/12/2017 - R\$ 431).
- **A Companhia possui três ações de desapropriação de terras** movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que se encontram em fase de discussão judicial (valor das indenizações), estando uma em fase de levantamento/vistoria. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

28 Saldos e transações com partes relacionadas

	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante		
	Custos com arrendamento	Receita de vendas	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Fornecedores	Outras contas a pagar	Juros sobre o capital próprio
	(i)	(ii)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)
Controladora							
Fundação José Carvalho	-	73	66	-	-	102	4.258
Controladas							
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. - Silbasa	840	-	-	-	-	-	-
Mineração Vale do Jacurici S.A.	360	-	-	-	-	-	-
Reflorestadora e Agrícola S.A.	60	-	-	-	-	-	-
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	36	-	-	-	-	-	-
Parte relacionada							
Marubeni Corporation	-	177.182	13.801	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2018	1.296	177.255	13.867	-	-	102	4.258
Total em 31 de dezembro de 2017	1.296	147.978	7.199	475	8.750	567	10.634

- (i) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas.
(ii) Receita e contas a receber por venda de ligas (FeSi 75) à vinculada no exterior e contas a receber por venda de madeira, cal virgem e pó de escórias à Controladora.
(iii) Dividendos propostos com base no lucro ajustado do exercício de 2017.
(iv) Saldo de contas a pagar decorrente de compra de um imóvel da Controladora, divulgado ao mercado em 26/12/2017, conforme previsto na Instrução CVM 480/09. O valor total da aquisição foi de R\$ 17.500.
(v) Contratos para fornecimentos de refeições e laticínios.
(vi) Ver nota 29.

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários (i)	11.056	8.981	13.406	10.035
Encargos sociais	2.208	1.796	2.679	2.005
Benefícios	1.159	1.078	1.159	1.078
Participação nos lucros (ii)	9.979	7.597	9.979	7.597
	24.402	19.452	27.223	20.715

- (i) Aprovados em Assembleias Geral Ordinária da Controladora e suas controladas.
(ii) Montantes de participação nos lucros provisionados de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, conforme Nota 23.

29 Patrimônio líquido

a) Capital Social

O limite do capital autorizado da Companhia é de R\$ 1.500.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais) capital social subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totaliza R\$ 1.225.444 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta e quatro mil reais), sendo que o capital subscrito e integralizado está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias e 58.880 mil ações preferenciais, assim distribuídos:

	2018		2017	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Acionistas				
Fundação José Carvalho	29.086.696	15.534.200	29.086.696	16.884.600
Dimensional Funds	-	1.901.537	-	2.164.515
Morgan Stanley Uruguay	-	811.097	-	1.409.598
Market Vectors Minor Metal ETF	-	626.523	-	1.261.923
Outros acionistas	313.304	36.823.343	313.304	33.976.064
Ações em tesouraria	40.000	3.183.300	40.000	3.183.300
	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>	<u>29.440.000</u>	<u>58.880.000</u>

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

b) Ações em tesouraria

A Companhia possui 3.183.300 ações PN, a um custo médio de R\$ 8,07 por ação, adquiridas através de programa de recompra de ações.

As ações adquiridas no âmbito do programa permanecerão em tesouraria, sendo que a decisão sobre a alienação e ou cancelamento dessas ações será tomada em momento oportuno e será devidamente comunicada ao mercado. As ações preferenciais em tesouraria têm como objetivo a posterior alienação, ou cancelamento, dentre outros. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação na B3, é como segue:

	2018		2017	
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	3.183.300	40.000	3.183.300	40.000
Cotação na B3 - R\$/ação	24,32	20,45	20,47	19,00

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

c) Reservas de lucros

- A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.
- As reservas de lucro incentivos fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração) e ICMS DESENVOLVE relativo ao ganho do incentivo fiscal do saldo devedor do imposto sobre

circulação de mercadorias. Estas reservas são constituídas transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda e ICMS do exercício e não poderão ser distribuídas a acionistas. A reserva referente à SUDENE contempla também valor de reinvestimento do imposto de renda.

- (iii) Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

d) Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC.

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo atribuído terras (i)	61.830	61.830	66.404	66.404
Ajustes instrumentos financeiros (Nota 25)	25.087	993	25.087	993
Atuarial - pós emprego (Nota 23)	(15.534)	(17.902)	(15.534)	(17.902)
Impostos diferidos	(26.613)	(14.247)	(28.168)	(15.802)
	<u>44.770</u>	<u>30.674</u>	<u>47.789</u>	<u>33.693</u>

- (i) Custo atribuído do ativo imobilizado ("*deemed cost*") para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 01 de janeiro de 2009.

e) Reserva de lucros a realizar

A Companhia constituiu reserva de lucros a realizar proveniente do ganho por compra vantajosa da aquisição do complexo BW Guirapá (nota 1.1) no montante de R\$ 49.595 em 31 de dezembro de 2018.

f) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

O Conselho de Administração da Companhia, conforme deliberações tomadas em reuniões realizadas em 29 de maio de 2018, 28 de agosto de 2018, 27 de novembro de 2018 e 18 de dezembro de 2018, aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, nos valores globais de R\$ 24.257, R\$ 31.576, R\$ 32.440 e R\$ 8.361, respectivamente.

Todas as respectivas distribuições serão atribuídas aos dividendos mínimos obrigatórios da Companhia quando da destinação do resultado do exercício, findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2018	2017
(=) Lucro líquido do exercício	308.799	269.852
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(15.440)	(13.493)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE, ICMS DESENVOLVE e reinvestimento)	(69.949)	(48.960)
(-) Reserva de lucro a realizar (ganho por compra vantajosa)	(49.595)	-
(=) Lucro base ajustado para distribuição	<u>173.815</u>	<u>207.399</u>
Juros sobre capital próprio/Dividendos		
Ações ordinárias – R\$ 1,0658 (31/12/2017 - R\$ 0,9941)	31.335	29.227
Ações preferenciais – R\$ 1,1724 (31/12/2017 - R\$ 1,0935)	<u>65.299</u>	<u>60.908</u>
	<u>96.634</u>	<u>90.135</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>56%</u>	<u>43%</u>
Total de Juros sobre capital próprio/Dividendos	<u>96.634</u>	<u>90.135</u>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	<u>56%</u>	<u>43%</u>

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), à alíquota de 15%. No intuito de garantir aos acionistas não imunes e ou não isentos os mesmos benefícios que teriam, caso auferissem remuneração, sob a forma de dividendos, foi acrescido o montante referente ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

30 Lucro por ação

Conforme definido pelo CPC 41 - "Resultado por Ação", o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais, potenciais diluidoras.

	Operações continuadas	
	2018	2017
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	308.799	269.852
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro das operações atribuível		
as ações ordinárias	100.133	87.504
as ações preferenciais	208.666	182.348
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):		
Quantidade média ponderada de ações		
ordinárias emitidas	29.400.000	29.400.000
preferenciais emitidas	55.696.700	55.696.700
Resultado básico/diluído por ação (em R\$)		
as ações ordinárias	3,4059	2,9763
as ações preferenciais	3,7465	3,2739

31 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.123.833	976.180	1.197.948	976.180
Mercado externo	484.638	364.007	484.638	364.007
	<u>1.608.471</u>	<u>1.340.187</u>	<u>1.682.586</u>	<u>1.340.187</u>
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(46.084)	(16.221)	(46.084)	(16.221)
Impostos sobre vendas	(252.317)	(215.124)	(255.446)	(215.244)
	<u>(298.401)</u>	<u>(231.345)</u>	<u>(301.530)</u>	<u>(231.465)</u>
	<u><u>1.310.070</u></u>	<u><u>1.108.842</u></u>	<u><u>1.381.056</u></u>	<u><u>1.108.722</u></u>

32 Despesas por natureza - operacionais, custos dos produtos vendidos e outras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos (i)	(873.115)	(759.394)	(920.601)	(758.296)
Despesas com vendas	(10.884)	(22.416)	(10.884)	(22.416)
Despesas gerais e administrativas	(67.361)	(66.521)	(73.097)	(66.917)
Honorários dos administradores	(14.424)	(11.855)	(17.245)	(13.118)
Participação nos lucros	(45.581)	(38.561)	(45.581)	(38.561)
Outras receitas (despesas), líquidas (iii)	43.433	(4.315)	39.660	(4.768)
	<u>(967.932)</u>	<u>(903.062)</u>	<u>(1.027.748)</u>	<u>(904.076)</u>

Abaixo demonstramos a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(414.362)	(392.762)	(415.766)	(391.862)
Despesas com pessoal (ii)	(310.797)	(246.251)	(315.791)	(247.514)
Despesas depreciação e exaustão	(114.755)	(109.875)	(147.172)	(110.073)
Despesas com prestação de serviços	(89.299)	(72.212)	(90.030)	(72.212)
Despesas com manutenção e reparos	(52.425)	(45.672)	(68.813)	(45.672)
Combustíveis e lubrificantes	(15.957)	(12.561)	(15.957)	(12.561)
Custo da capacidade ociosa	(1.861)	(10.930)	(1.861)	(10.930)
Despesas com aluguel de equipamentos	(11.909)	(8.484)	(12.018)	(8.484)
Outras receitas (despesas)	43.433	(4.315)	39.660	(4.768)
	<u>(967.932)</u>	<u>(903.062)</u>	<u>(1.027.748)</u>	<u>(904.076)</u>

(i) Os custos dos produtos vendidos incluem:

- (a) Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem nas minerações.
- (b) A Companhia importa coque metalúrgico ("met coke") reativo (commodity disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.

- (c) Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso) e a metalurgia (Pojuca-BA), por modal ferroviário.
- (d) No Consolidado estão inclusos os custos de depreciação, amortização, transmissão de energia, encargos de uso do sistema, operação e manutenção, etc. para a geração de energia eólica no montante de R\$ 48.585.
- (ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.
- (iii) Abaixo demonstramos a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Benefícios pós-emprego	(23.371)	(5.993)	(23.371)	(5.993)
Outros impostos e contribuições	(3.032)	(5.755)	(3.032)	(5.613)
Responsabilidade social e empresarial	(2.332)	(1.626)	(2.332)	(1.626)
Provisões para passivos eventuais	(5.575)	(5.275)	(5.575)	(5.275)
Cessão de energia elétrica	15.187	25.052	15.187	25.052
Baixa de imobilizado, por inventário	(329)	(2.693)	(719)	(2.693)
Ganho por compra vantajosa (a)	75.143	-	75.143	-
Outras despesas	(12.258)	(8.025)	(15.641)	(8.620)
	<u>43.433</u>	<u>(4.315)</u>	<u>39.660</u>	<u>(4.768)</u>

- (a) A Companhia efetuou o ajuste no montante de R\$ 75.143 relacionado ao ganho por compra vantajosa (vide Nota 1.1).

33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	21.849	37.876	27.518	42.963
Variação cambial	16.274	4.049	16.283	4.048
Outras receitas financeiras	2.764	3.285	2.954	3.290
	<u>40.887</u>	<u>45.210</u>	<u>46.755</u>	<u>50.301</u>
Despesas financeiras				
Variação cambial	(11.006)	(2.684)	(14.390)	(2.683)
Atualização provisão fechamento das minas (Nota 26)	(2.254)	(570)	(2.254)	(570)
Juros pagos ou incorridos	(15.630)	(6.278)	(39.461)	(6.307)
Outras despesas financeiras	(473)	(1.385)	(1.228)	(1.443)
	<u>(29.363)</u>	<u>(10.917)</u>	<u>(57.333)</u>	<u>(11.003)</u>
Instrumento Financeiro de Hedge (Nota 25)				
Variação no hedge ativa	2.165	25.351	2.165	25.351
Variação no hedge passiva	(17.261)	(1.775)	(17.261)	(1.775)
	<u>(15.096)</u>	<u>23.576</u>	<u>(15.096)</u>	<u>23.576</u>
	<u>(3.572)</u>	<u>57.869</u>	<u>(25.674)</u>	<u>62.874</u>

34 Segmentos operacionais

A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

Segmento de ligas de cromo - envolve as operações de ferroligas de cromo alto, ferroligas de baixo carbono e ferrosilício cromo.

Segmento de ligas de silício - envolve as operações de ferroligas de silício 75 especial e o silício 75 *standard*.

Segmento energia eólica – envolve as operações da subsidiária BW Guirapá.

Outros segmentos incluem - atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada. Informações consolidadas dos segmentos operacionais.

	Ligas de cromo		Ligas de silício		Energia eólica	Outros Segmentos		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2018	2017	2018	2017
Vendas líquidas									
Mercado interno	671.334	606.658	121.450	107.366	71.105	49.341	42.570	913.230	756.594
Mercado externo	75.317	133.916	374.731	182.364	-	17.778	35.848	467.826	352.128
	746.651	740.574	496.181	289.730	71.105	67.119	78.418	1.381.056	1.108.722
Custo dos produtos vendidos	(502.859)	(486.188)	(305.727)	(227.466)	(48.585)	(63.430)	(44.642)	(920.601)	(758.296)
Variação do valor justo ativos biológicos						22.266	41.368	22.266	41.368
Lucro bruto	243.792	254.386	190.454	62.264	22.520	25.955	75.144	482.721	391.794
Despesas operacionais	(57.104)	(97.667)	(37.948)	(38.210)	(6.961)	(5.134)	(9.903)	(107.147)	(145.780)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	186.688	156.719	152.506	24.054	15.559	20.821	65.241	375.574	246.014
Vendas de produtos (toneladas)									
Mercado interno	128.349	122.158	21.862	24.698	-	-	-	150.211	146.856
Mercado externo	10.641	22.452	65.112	42.236	-	-	-	75.753	64.688
	138.990	144.610	86.974	66.934				225.964	211.544

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

35 Compromissos

A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Re flora, Silbasa, Damacal e Jacurici. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, para vigência até o próximo aditamento contratual. O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2018 a abril de 2019 totaliza R\$ 108 por mês. A despesa com arrendamento totalizou R\$ 1.296, nos exercícios de 2018 e de 2017.

36 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos e responsabilidade civil em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 35.260 (31/12/2017 - R\$ 34.997).

37 Transações que não afetaram o caixa

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a pagar por aquisição de terreno (Nota 28)	-	8.750	-	8.750
Dividendos prescritos	-	351	-	351
Ganho (perda) com passivo atuarial (Nota 23)	(2.737)	(9.551)	(2.737)	(9.551)
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa provisão fechamento de mina (Nota 25)	(750)	(1.677)	(750)	(1.677)
Dividendos/Juros s/ capital próprio declarados no exercício (Nota 29)	8.361	20.231	8.454	20.328
Redução capital social controlada (Jacurici)	(8.000)	-	-	-
Obrigação a pagar com controladora	-	-	8.000	-
Aumento de capital com saldo de reserva de incentivos fiscais (Nota 29)	-	108.767	-	108.767

* * *

Contador:

Arnaldo Pereira Anastácio
Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 61263/O - 0-T-BA